

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2020 e
relatório de revisão



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool ("Companhia") em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e empresas controladas ("Consolidado") em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e da S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool e suas controladas em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas



S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) "Demonstração Intermediária".

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1.1 às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que descreve que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2020 ainda não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária em razão da sua postergação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do trimestre findo em 30 de junho de 2019, obtidas das demonstrações contábeis intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de março de 2020, obtidos das demonstrações contábeis em 31 de março de 2020, apresentadas para fins de comparação. A revisão das demonstrações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2019 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2020 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 20 de setembro de 2019 e 15 de julho de 2020, respectivamente, sem ressalvas.

Ribeirão Preto, 18 de setembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

Índice

Demonstrações contábeis intermediárias

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente.....	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias	
1. Informações sobre a Companhia.....	8
2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das políticas contábeis	10
3. Caixa e equivalentes de caixa.....	20
4. Aplicações financeiras.....	20
5. Contas a receber de clientes.....	21
6. Estoques.....	22
7. Adiantamentos a fornecedores.....	22
8. Tributos a recuperar	23
9. Outros créditos.....	24
10. Partes relacionadas.....	25
11. Investimentos e provisão para perda com investimentos	29
12. Ativos biológicos	30
13. Imobilizado.....	32
14. Intangível	37
15. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar.....	37
16. Fornecedores.....	39
17. Empréstimos e financiamentos	39
18. Tributos a recolher	42
19. Adiantamentos de clientes	43
20. Provisão para contingências	43
21. Patrimônio líquido	46
22. Receita operacional líquida	47
23. Despesas por natureza	50
24. Receitas e despesas financeiras.....	52
25. Informação por segmento (Consolidado).....	52
26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	54
27. Imposto de renda e contribuição social	54
28. Compromissos e obrigações	56
29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos.....	58
30. Cobertura de seguros.....	66
31. Eventos subsequentes.....	66

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Balço patrimonial em
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	148.517	602.460	150.389	604.755
Aplicações financeiras	4	162.430		162.430	
Contas a receber de clientes	5	65.917	71.999	72.937	73.510
Estoques	6	354.275	97.012	354.533	97.198
Adiantamentos a fornecedores	7	303.930	229.616	303.930	229.616
Ativos biológicos	12	261.267	263.612	261.267	263.612
Tributos a recuperar	8	167.866	166.883	167.919	166.935
Instrumentos financeiros derivativos	28		7.614		7.614
Outros créditos	9	17.156	17.173	17.156	17.173
Total do ativo circulante		1.481.358	1.456.369	1.490.561	1.460.413
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	5.224	3.491	5.224	3.491
Adiantamentos a fornecedores	7	177.920	177.920	177.920	177.920
Partes relacionadas	10	49.621	48.789	45.896	45.065
Tributos a recuperar	8	2.379	1.963	2.395	1.990
Outros créditos	9	2.988.121	2.987.065	2.988.121	2.987.065
Depósitos judiciais		1.308	1.220	1.308	1.220
		3.224.573	3.220.448	3.220.864	3.216.751
Investimentos	11	73.899	60.920	20.236	20.717
Imobilizado	13	1.429.472	1.455.726	1.439.673	1.466.874
Intangível	14	805	871	805	871
Direito de uso	15	1.091.813	1.135.577	1.091.813	1.135.577
Total do ativo não circulante		5.820.562	5.873.542	5.773.391	5.840.790
Total do ativo		7.301.920	7.329.911	7.263.952	7.301.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Balanço patrimonial em
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	16	209.758	147.532	210.184	147.684
Empréstimos e financiamentos	17	1.521.202	1.253.339	1.521.202	1.253.339
Arrendamento a pagar	15	64.009	61.489	64.009	61.489
Parceria agrícola a pagar	15	23.563	52.438	23.563	52.438
Salários e encargos sociais		72.546	69.124	72.546	69.127
Tributos a recolher	18	27.278	21.682	31.476	24.865
Adiantamentos de clientes	19	361.289	235.954	361.289	235.954
Instrumentos financeiros derivativos	29	74.821	67.033	74.821	67.033
Dividendos propostos	21	26.933	26.933	26.933	26.933
Partes relacionadas	10	34.167	21.761		
Outras obrigações		8.781	6.768	8.781	6.768
Total do passivo circulante		2.424.346	1.964.053	2.394.803	1.945.630
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	1.838.647	2.173.058	1.838.647	2.173.058
Arrendamento a pagar	15	538.198	571.550	538.198	571.550
Parceria agrícola a pagar	15	350.146	370.548	350.146	370.548
Tributos a recolher	18	106.595	107.226	106.595	107.226
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	244.163	292.689	244.163	292.689
Provisões para contingências	20	6.664	7.781	6.664	7.781
Partes relacionadas	11	8.425	10.285		
Outras obrigações		378.310	378.178	378.310	378.178
Total do passivo não circulante		3.471.148	3.911.315	3.462.723	3.901.030
Patrimônio líquido					
Capital social	21	408.845	408.845	408.845	408.845
Ações em tesouraria		(1.215)	(1.215)	(1.215)	(1.215)
Ajuste de avaliação patrimonial		84.855	88.279	84.855	88.279
Reservas de lucros		958.635	958.634	958.635	958.634
Prejuízos acumulados		(44.694)		(44.694)	
Total do patrimônio líquido		1.406.426	1.454.543	1.406.426	1.454.543
Total do passivo e patrimônio líquido		7.301.920	7.329.911	7.263.952	7.301.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração do resultado

Períodos de três meses findos em 30 de junho

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	22	469.531	372.419	486.755	385.923
Custos dos produtos vendidos	23	(320.238)	(302.615)	(321.812)	(303.490)
Lucro bruto		149.293	69.804	164.943	82.433
Despesas com vendas	23	(41.308)	(33.724)	(41.308)	(33.724)
Despesas gerais e administrativas	23	(30.371)	(32.177)	(30.400)	(32.204)
Resultado da equivalência patrimonial	11	14.057	7.435	597	479
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	4.801	1.704	3.286	(10)
Lucro operacional		96.472	13.042	97.118	16.974
Despesas financeiras	24	(230.670)	(123.466)	(230.695)	(127.285)
Receitas financeiras	24	37.553	77.565	37.554	78.144
Resultado financeiro		(193.117)	(45.901)	(193.141)	(49.141)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(96.645)	(32.859)	(96.023)	(32.167)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	27			(622)	(692)
Diferidos	27	48.527	(12.626)	48.527	(12.626)
		<u>48.527</u>	<u>(12.626)</u>	<u>47.905</u>	<u>(13.318)</u>
Prejuízo do período		(48.118)	(45.485)	(48.118)	(45.485)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$		<u>(34,37)</u>	<u>(32,49)</u>	<u>(34,37)</u>	<u>(32,49)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração do resultado abrangente
Períodos de três meses findos em 30 de junho
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do período	(48.118)	(45.485)	(48.118)	(45.485)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(48.118)</u>	<u>(45.485)</u>	<u>(48.118)</u>	<u>(45.485)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
				Reserva de reavaliação	Legal	Retenção de lucros	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de março de 2019		408.845	(1.215)	2.986	21.944	795.886		105.293		1.333.739
Realização de custo atribuído	21 (b)							(3.695)	3.695	
Realização da reserva de reavaliação	21 (c)			(2.497)					2.497	
Prejuízo do período									(45.485)	(45.485)
Saldos em 30 de junho de 2019		<u>408.845</u>	<u>(1.215)</u>	<u>489</u>	<u>21.944</u>	<u>795.886</u>		<u>101.598</u>	<u>(39.293)</u>	<u>1.288.254</u>
Saldos em 31 de março de 2020		408.845	(1.215)		26.561	851.274	80.800	88.279		1.454.544
Realização de custo atribuído	21 (b)							(3.424)	3.424	
Prejuízo do período									(48.118)	(48.118)
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>408.845</u>	<u>(1.215)</u>		<u>26.561</u>	<u>851.274</u>	<u>80.800</u>	<u>84.855</u>	<u>(44.694)</u>	<u>1.406.426</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Demonstração dos fluxos de caixa
Períodos de três meses findos em 30 de junho
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(96.644)	(32.859)	(96.022)	(32.167)
Ajustes:					
Encargos financeiros e variações cambiais, líquidas		177.305	(3.695)	177.305	100
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas		25.653		25.653	
Resultado da equivalência patrimonial	11	(14.057)	(7.435)	(597)	(479)
Depreciação do direito de uso	23	19.676	19.731	20.929	19.731
Depreciação e amortização	23	54.767	40.866	54.767	42.325
Varição do valor justo dos ativos biológicos	12	(247)	(2.128)	(247)	(2.128)
Constituição (reversão) de provisão para contingências	20	(1.117)	645	(1.117)	645
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	26		122		122
		165.336	15.247	180.671	28.149
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(13.214)	31.599	(18.728)	25.579
Estoques e adiantamentos a fornecedores		(156.723)	(151.399)	(156.795)	(151.363)
Ativos biológicos		(9.431)	(3.709)	(9.431)	(3.709)
Tributos a recuperar		(8.183)	13.927	(8.170)	13.940
Depósitos judiciais		(88)	(5)	(88)	(5)
Outros créditos		(42.779)	17.673	(42.779)	17.674
Fornecedores		62.226	48.213	62.504	48.223
Salários e encargos sociais		3.422	(3.534)	3.419	(3.497)
Tributos a recolher		4.966	(10.406)	5.455	(9.892)
Adiantamentos de clientes		146.456	97.837	146.456	97.837
Outras obrigações		(9.376)	7.288	(9.376)	7.298
Caixa gerado nas operações		142.612	62.731	153.138	70.234
Imposto de renda e contribuição social pagos				(95)	(172)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		142.612	62.731	153.043	70.062
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras		(153.381)	(314)	(153.381)	(314)
Adições ao ativo imobilizado e intangível	13 e 14	(100.559)	(140.481)	(100.866)	(140.656)
Dividendos recebidos		12.407			
Outros			506		506
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(241.533)	(140.289)	(254.247)	(140.464)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	17	130.377	601.030	130.377	601.030
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	17	(298.879)	(563.995)	(298.879)	(563.995)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	17	(69.653)	(75.580)	(69.653)	(75.580)
Pagamento de arrendamentos e parcerias agrícolas (CPC 06 (R2))	15	(114.993)		(114.993)	
Captação/amortização de mútuo com partes relacionadas		(1.874)	(73.956)	(14)	(24)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(355.022)	(112.501)	(353.162)	(38.569)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido		(453.943)	(190.059)	(454.366)	(108.971)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		602.460	315.107	604.755	316.304
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		148.517	125.048	150.389	207.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Informações sobre a Companhia

a) Objeto social

A S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de fevereiro de 1925, com matriz no município de Coruripe, Estado de Alagoas, tem como objeto social: a) exploração industrial da cana-de-açúcar e seus derivados industriais; b) importação e exportação de produtos relacionados às suas atividades, inclusive como comercial exportadora; c) o desenvolvimento de projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL), destinado à geração e comercialização de reduções certificadas de emissões (RCEs) e/ou reduções verificadas de emissões (RVEs); d) produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados oriundos de cogeração de energia elétrica; e) a exploração de outras atividades afins; e g) participação no capital de outras empresas, mesmo que de outros setores econômicos.

A Companhia também conta com um terminal rodoferroviário arrendado em Fernandópolis, São Paulo, e um escritório administrativo em Maceió, Alagoas.

A Companhia possui cinco unidades industriais, sendo uma no Estado de Alagoas, no município de Coruripe, e quatro no Estado de Minas Gerais, nos municípios de Campo Florido, Carneirinho, Iturama e Limeira do Oeste, e processou 4.643 mil toneladas de cana-de-açúcar no primeiro trimestre da safra 2020/2021 (primeiro trimestre da safra 2019/2020: 4.622 mil toneladas). O período anual de safra no Nordeste inicia-se em setembro e termina em março, enquanto que no Sudeste inicia-se em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia, uma vez que, aproximadamente, 23% (safra 2019/2020: 22%) da produção se localiza no Nordeste e 77% (safra 2019/2020: 78%) no Sudeste. No primeiro trimestre da safra 2020/2021, 28,2% (safra 2019/2020: 34,3%) da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos foram provenientes de lavouras próprias e de parcerias agrícolas, incluindo parcerias com acionistas e empresas ligadas e 71,8% (safra 2019/2020: 65,7%) de fornecedores terceiros.

b) Contexto operacional

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos a uma série de exposições que podem impactar diretamente os resultados da Companhia. O comportamento do câmbio, dos preços internacionais do açúcar e do petróleo e o resultado das safras em países produtores ao redor do globo, somados à falta de políticas internas para o setor, são vitais para a formação dos preços de venda da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

Durante o primeiro trimestre da safra 2020/2021, a Companhia manteve o foco em suas políticas de segurança, investimentos em expansão e novos produtos, além de uma ênfase cada vez maior na estrutura e controle de custos visando uma eficiência operacional cada vez melhor. Os investimentos da Companhia focados na recuperação do canavial, produção de energia, refinaria de açúcar e empacotamento de açúcar cristal na unidade de Campo Florido-MG foram fundamentais e contribuíram para a alavancagem dos índices financeiros e operacionais da Companhia. As ações planejadas de investimentos estão permitindo a Companhia a participação maciça no mercado interno de varejo de açúcar cristal empacotado (pacotes de 2Kg e 5Kg) com o lançamento da marca Coruripe em MG, (triângulo mineiro e região metropolitana de Belo Horizonte) em breve se expandindo para os demais estados da região Sudeste. Adicionalmente, a Companhia está com as negociações avançadas para a entrada do mercado de sanitizantes com o lançamento da marca própria “Coruripe” de álcool em gel.

A sinalização de estoques mundiais de açúcar superavitários no decorrer da safra, continuou a pressionar os preços do açúcar para baixo e tem demandado expertise e rápida interpretação das oscilações do mercado de preços da área comercial para determinar as fixações do açúcar e *mix* de produção na safra 2020/2021. A Companhia através de uma rápida leitura do cenário, focou o mercado externo e interno de açúcar cristal antecipando as fixações para a grande maioria do volume de VHP a ser produzido no decorrer da safra. No etanol, a Companhia vem cautelosa trabalhando a política de estoques que tem se mostrado assertiva, uma vez que já é perceptível uma reação nos preços em decorrência do aumento da demanda gradativa de etanol. Aproximadamente 56,1% da moagem foi destinada para a produção de açúcar (4,8% cristal e 51,3% VHP) demais 43,9% da moagem foi destinado para a produção de etanol. Na safra 2019/2020, o mix foi de 48,1% para a produção de açúcar e de 51,9% para a produção de etanol.

c) Reestruturação financeira

Em 30 de junho de 2020, a Companhia registrou capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 942.988 na Controladora e de R\$ 904.242 no Consolidado, decorrente, principalmente, dos efeitos decorrentes da adoção do CPC 06 (R2), do resultado negativo com variação cambial (aumento de 5,33%) e adiantamento de clientes de curto prazo para capital de giro em detrimento da política de estoques da Companhia no trimestre corrente. Conforme comentado na Nota 31, em agosto de 2020, a administração concluiu negociação com os principais bancos credores no sentido de alongar a dívida de curto e longo prazos.

Caso a referida negociação tivesse sido concluída até 30 de junho de 2020, data base dessas demonstrações contábeis intermediárias, o montante de R\$ 450.320 teriam sido reclassificados do passivo circulante para o passivo não circulante.

Na data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Companhia possui linhas de crédito, no montante de, aproximadamente, R\$ 332.000, em fase avançada de negociação para liberação, e que são julgadas suficientes pela administração para equalizar o capital circulante líquido nos próximos doze meses, considerando o caixa operacional gerado nesse ano safra.

Dessa forma, a administração entende que o referida negociação de prazos, combinada com a geração de caixa da Companhia e suas controladas para os próximos doze meses, e os recursos disponíveis para captação, confirmam a capacidade da Companhia e suas controladas liquidares as suas obrigações de curto prazo conforme prazos divulgados na nota explicativa 29.

d) Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis intermediárias.

Os possíveis impactos da COVID-19 estão refletidos nas estimativas e julgamentos realizados na preparação destas demonstrações contábeis intermediárias. Substancialmente, aquelas realizadas a valor justo de ativos biológicos, nos instrumentos financeiros derivativos com exposição cambial e no teste de impairment dos ativos não financeiros, fatores que poderiam impactar os resultados dos exercícios futuros da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia para o período de três meses findo em 30 de junho de 2020 foi autorizada pelos membros da Diretoria em 16 de setembro de 2020.

e) Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de março de 2020

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de março de 2020 ainda não foram submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), considerando que a realização da referida assembleia foi postergada para setembro de 2020. Essa postergação está em conformidade com os prazos estabelecidos na Medida Provisória 931/20. A administração entende que a aprovação dessas demonstrações contábeis intermediárias pelo Conselho de Administração, em data anterior a aprovação das referidas demonstrações contábeis do exercício findo em março de 2020 pela referida AGO, não fica prejudicada.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das políticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem e estão descritos na Nota 2.9.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

O exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e se finda em 31 de março do ano seguinte.

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – “Demonstração Intermediária”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis intermediárias evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com àqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2020, descritas na Nota 2. Portanto, essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: os instrumentos financeiros derivativos e os ativos biológicos mensurados pelo valor justo através do resultado.

2.2. Base de consolidação e investimento em controlada

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2020. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Os saldos consolidados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de março de 2020 e 2019 incluem as seguintes empresas controladas:

	País	% de participação			
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2019	31 de março de 2019
Coruripe Energética S.A.	Brasil	100%	100%	100%	100%
Camaçari Energética S.A.	Brasil	100%	100%	100%	100%
Usina Corurema Ltda.	Brasil	50%	50%	50%	50%

2.3. Conversão de moeda estrangeira

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e do Grupo.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação.

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que a Companhia reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, a Companhia determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

2.4. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções e assistências governamentais:

ICMS

Crédito presumido - Alagoas

A Companhia, na sua unidade industrial de Coruripe (AL), assinou junto a Secretaria de Fazenda por meio do Decreto nº 59.991, de 27 de julho de 2018, do Governo do Estado de Alagoas, uma nova regulamentação para a tomada de crédito presumido. Em um esforço conjunto entre as usinas do Estado de Alagoas, o governo estadual aprovou o novo decreto igualando os benefícios do Estado de Alagoas aos benefícios concedidos pelo Estado de Pernambuco, a mudança permite as usinas do Estado de Alagoas a recuperação da competitividade no mercado de açúcar e álcool na região nordeste, o decreto prevê os seguintes benefícios fiscais:

- Crédito presumido de ICMS de 7% sobre as vendas de açúcar cristal dentro do Estado de Alagoas;
- Crédito presumido de ICMS de 9% sobre as vendas de açúcar cristal para fora do Estado de Alagoas;
- Crédito presumido de ICMS de 6% sobre as exportações de açúcar VHP;
- Crédito presumido de ICMS de 12% sobre as vendas de etanol hidratado para dentro e para fora do Estado de Alagoas;
- Crédito presumido de ICMS de 0% sobre as vendas de etanol anidro para dentro e para fora do Estado de Alagoas;
- Crédito presumido de ICMS de 0% sobre o total de vendas dos demais produtos;
- Crédito de reintegra de 0,1% sobre o valor total das exportações.

O decreto ainda prevê que o saldo de créditos acumulados nas safras encerradas em 31 de Agosto no Estado de Alagoas, poderá ser utilizado até o final da safra seguinte, o saldo remanescente após esse período deverá ser estornado por força do decreto.

Crédito presumido – Minas Gerais

Nas unidades industriais localizadas no estado de Minas Gerais, a Companhia possui, segundo o Artigo 75, Inciso XXXII RICMS/02 MG, crédito presumido de ICMS no valor de 2,5% sobre as vendas de produtos derivados da cana-de-açúcar conforme abaixo:

- Etanol e açúcar, em operações internas, interestaduais e de exportação; e
- Energia elétrica produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar, em operações internas.

Em 23 de outubro de 2018 foi assinado um protocolo de intenções, de um lado, o Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes, a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP e pelas instituições da administração indireta do Estado de MG, o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER, e do outro lado: a Associação das Industrias Sucroenergéticas de Minas Gerais – SIAMIG.

O presente protocolo de intenções, tem por objetivo viabilizar a manutenção e a realização de novos investimentos, através do melhoramento da infraestrutura do estado, por empresas do setor sucroenergético de Minas Gerais, assim considerada aderente aos termos do protocolo, empresas detentoras de regime especial. As empresas aderentes ao protocolo se comprometem a investir em obras de rodoviárias e outras obras de interesse público que contibuem para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e que serão submetidas para a aprovação do DEER e SETOP ou órgão estadual competente, o percentual de 0,4% sobre o faturamento anual, tendo-se por base o exercício financeiro imediatamente anterior. Com a adesão ao protocolo de intenções, o crédito presumido efetivo de ICMS das empresas do setor sucroenergético de 2,5% sobre o faturamento foi estendido até 31/12/2028 e consolidado por meio do depósito no Confaz do incentivo pelo Estado de Minas Gerais, como contrapartida as empresas sucroenergéticas investirão 0,4% em estradas e obras que beneficiam o ente público.

Incentivo SUDENE

Em 28 de novembro de 2019, a Companhia obteve através do ofício nº 4054/2019/SIBF/Sudene, expedido pelo Ministério/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a aprovação do laudo constitutivo nº 155/2019 que concedeu benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais, calculado com base no lucro da exploração. O benefício foi concedido para a unidade Matriz sediada na Cidade de Coruripe no Estado de AL. O período de fruição é de 10 anos com início de vigência em 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2028.

2.5. Instrumentos financeiros

A Companhia adota o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui como ativos financeiros classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos (Nota 28), relacionados substancialmente a contratos a termo de preços de açúcar e dólar.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3);
- Aplicações financeiras (Nota 4)
- Contas a receber de clientes (Nota 5);
- Partes relacionadas (Nota 10);
- Depósitos judiciais;

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

b) Passivos financeiros

A Companhia apresenta os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Fornecedores (Nota 16);
- Empréstimos e financiamentos (Nota 17);
- Arrendamentos a pagar (Nota 15);
- Parceria agrícola a pagar (Nota 15);
- Partes relacionadas (Nota 10); e
- Outras obrigações.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, swaps de taxa de juros e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de commodities, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo por meio do resultado. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

2.6. Arrendamentos

A Companhia, a partir de 1º de abril de 2019, adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Adicionalmente, a Companhia declara que não ocorreram alterações e/ou reavaliações em seus contratos de arrendamento em consequência da pandemia COVID-19. Seguem os detalhes das mudanças nas políticas contábeis:

a) Arrendamento. Definição CPC 06 (R2)

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

b) Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados por taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a realidade econômica da Companhia; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada mensalmente, com base na variação do índice com metodologia do Consecana-SP calculado sobre a comercialização da Companhia aplicados no pólo de Iturama e do pólo de Campo Florido. Para o pólo de Alagoas, o índice adotado pela Companhia é o Sindaçúcar – AL.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses, os quais foram julgados imateriais pela administração. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

2.7. Ações em tesouraria

Representado por ações próprias adquiridas junto a antigos acionistas e mantidas em tesouraria. São reconhecidas ao custo de aquisição classificadas como um item redutor do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra e venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

2.8. Questões ambientais

Os parques industriais e as atividades relacionadas às plantações da Companhia está sujeita à regulamentação ambiental. A Companhia reduz os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle da poluição. Com base nas leis e normas vigentes no Brasil, a Administração da Companhia acredita que, atualmente, não é necessária nenhuma provisão para perdas referentes a questões ambientais.

2.9. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Anualmente, a Companhia avalia os indicadores e, se necessário, testa eventuais perdas (*impairment*) nos seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.

b) **Ativos biológicos**

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 12). Os efeitos de variação a valor justo entre os períodos são alocados diretamente ao custo dos produtos vendidos.

c) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos**

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

O imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados somente na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro.

Adicionalmente, a Companhia reconhece tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base em um prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de racionalização fiscais futuras.

e) **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

f) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

g) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

2.10. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBCT 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2)) emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Companhia apresenta os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos e sobre arrendamentos e parcerias agrícolas como parte das atividades de financiamento.

2.11. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa e os depósitos bancários, no Brasil e no exterior.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Caixa	33	97	33	97
Bancos conta movimento				
No país	44.004	3.472	45.876	5.767
No exterior	104.480	222.305	104.480	222.305
Aplicações financeiras		376.586		376.586
	<u>148.517</u>	<u>602.460</u>	<u>150.389</u>	<u>604.755</u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa eram mantidas em instituições financeiras de primeira linha, possuíam baixo risco de crédito e eram representadas, preponderantemente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com taxas de remuneração anual de 90% a 105% do CDI.

4. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Fundos de investimentos - FID	85.347		85.347	
Operações compromissadas	40.008	3.491	40.008	3.491
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	35.181		35.181	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	6.741		6.741	
Outras aplicações	377		377	
	<u>167.654</u>	<u>3.491</u>	<u>167.654</u>	<u>3.491</u>
Circulante	(162.430)		(162.430)	
Não Circulante	<u>5.224</u>	<u>3.491</u>	<u>5.224</u>	<u>3.491</u>

As aplicações financeiras são resgatáveis na data do seus vencimentos ou estão vinculadas a contratos de empréstimos para garantia de parcelas mínimas de juros e principal que a Companhia deve manter aplicado até o momento da liquidação. As aplicações financeiras são remuneradas de 90% a 101% do CDI (31 de março de 2020 – 90% a 105% do CDI).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
No país	54.726	52.784	61.746	54.295
No exterior	11.653	19.677	11.653	19.677
	66.379	72.461	73.399	73.972
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(462)	(462)	(462)	(462)
	65.917	71.999	72.937	73.510

A composição de contas a receber por idade de vencimento é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
A vencer	64.623	71.056	71.643	68.437
Vencidos:				
Entre 1 e 30 dias	680	531	680	4.662
Entre 31 e 90 dias	766	311	766	310
Entre 91 e 120 dias	33	72	33	72
Há mais de 121 dias	277	491	277	491
	66.379	72.461	73.399	73.972

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foram estimadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são consideradas suficientes para administração da Companhia para cobrir as eventuais perdas sobre os valores a receber.

Conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, a administração efetuou análise detalhada da expectativa de perda futura sobre contas a receber e concluiu que a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de junho de 2020 é suficiente para fazer frente a essas perdas esperadas, inclusive no cenário de pandemia decorrente da COVID-19.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Produtos acabados:				
Açúcar	180.459	17.198	180.459	17.198
Etanol	106.503	17.162	106.503	17.162
Melaço	1.585	943	1.585	943
Almoxarifado	71.114	59.500	71.571	59.885
Estoque Revenda	1.205	8.800	1.205	8.800
	360.866	103.603	361.323	103.988
(-) Provisão para perdas nos estoques	(6.591)	(6.591)	(6.790)	(6.790)
	354.275	97.012	354.533	97.198

7. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Adiantamento a fornecedores de cana	493.389	419.075	493.389	419.075
(-) Provisão para perdas com adiantamentos	(11.539)	(11.539)	(11.539)	(11.539)
	481.850	407.536	481.850	407.536
Circulante	(303.930)	(229.616)	(303.930)	(229.616)
Não circulante	177.920	177.920	177.920	177.920

A Companhia firmou contratos para aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola). Os contratos usualmente são firmados para um prazo de até sete ciclos de cana-de-açúcar. Em 30 de junho de 2020, o saldo de adiantamentos a fornecedores de cana, no montante de R\$ 493.389 (31 de março de 2020 - R\$ 419.075), equivale a aproximadamente 3.505 toneladas de cana-de-açúcar (31 de março de 2020 - 4.930 toneladas), o que corresponde a 23,4% da capacidade produtiva anual da Companhia (31 de março de 2020 - 32,9%).

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
-				
Cofins	69.475	62.396	69.475	62.396
PIS	12.910	11.363	12.910	11.363
IPI	11.796	11.777	11.796	11.777
ICMS normal	33.312	30.276	33.312	30.276
ICMS sobre ativo fixo - CIAP	3.639	3.229	3.703	3.304
IRPJ recolhidos por antecipação	17.495	24.279	17.495	24.279
CSLL recolhidos por antecipação	14.119	21.310	14.119	21.310
Outros	7.499	4.216	7.504	4.220
	170.245	168.846	170.314	168.925
Circulante	(167.866)	(166.883)	(167.919)	(166.935)
Não circulante	2.379	1.963	2.395	1.990

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável.

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Safra 2021/2022	1.024	1.064	1.040	1.091
Safra 2022/2023	632	798	632	798
Safra 2023/2024	19	101	19	101
Safra 2024/2025 em diante	704	0	704	0
	2.379	1.963	2.395	1.990

A Companhia possui Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária c/c Repetição de Indébito, em face da Fazenda Nacional, requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da Cofins, assim como o direito da Companhia à restituição integral do valor das contribuições pagas a maior. Na ação impetrada em 2005, a Companhia pleiteava ainda o período decendial a partir da propositura da ação, ou seja, retroagindo até 1995.

Em 13 de dezembro de 2018, houve o trânsito em julgado da sentença, julgando procedentes os pedidos da Companhia no processo AMS93049 – AL (0003665-31.2005.4.05.8000) por considerar inconstitucional a inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da Cofins, e reconhecendo o direito à compensação e/ou restituição dos valores indevidamente recolhidos, sob mesmo título, no período que se inicia em 1995 (10 anos anteriores à propositura da ação), até março de 2017, data em que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Recurso Extraordinário (RE) nº 574.706, processado sob o rito da repercussão geral, por meio do qual foi reconhecida pelo seu Plenário, por maioria dos votos, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da Cofins.

Dessa forma, em 31 de março de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 36.388 de créditos de PIS e Cofins, devidamente atualizados pela SELIC desde sua origem até 30 de junho de 2020. Os referidos créditos foram levantados com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais de saída, alinhado ao entendimento do STF em sua decisão retromencionada.

9. Outros créditos

	Nota	Controladora e Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Créditos indenizatórios - IAA	(a)	2.967.139	2.966.111
Contas a receber pela venda de lavouras	(b)	7.634	10.081
Adiantamentos a colaboradores		6.596	4.324
Outros créditos		23.908	23.722
		3.005.277	3.004.238
Circulante		(17.156)	(17.173)
Não circulante		2.988.121	2.987.065

(a) Ações Ordinárias de Indenização por Perdas e Danos contra a UNIÃO – IAA 4870

Ainda na década de 90, a Companhia interpôs duas Ações de Indenização por Perdas e Danos contra a União Federal e o extinto Instituto do Açúcar e Álcool (“IAA 4870”), objetivando obter a indenização dos prejuízos decorrentes da fixação dos preços do açúcar e do álcool abaixo do custo de produção, em todas as safras relativas ao período de março de 1985 a novembro de 1992. As referidas ações transitaram em julgado em anos anteriores, configurando que o direito à indenização pleiteado pela Companhia não pode mais ser modificado.

Assim, em 2015, a Companhia preparou cálculos para estimar o valor presente dos fluxos de caixa esperados dessas indenizações e contabilizou à época, o montante de R\$ 1.602.473. A partir daí, a Companhia passou a atualizar o valor do crédito pela variação do IPCA-E nos anos subsequentes. Durante o período corrente, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.028 (30 de junho de 2019: R\$ 30.813), correspondente à atualização pelo IPCA-E no período (Nota 24).

Em 30 de junho de 2020, o valor total da ação é de R\$ 2.967.139 (31 de março de 2020 - R\$ 2.966.111). Adicionalmente, a Companhia possui reconhecido o montante de R\$ 378.310 (31 de março de 2020: R\$ 378.178) correspondente à provisão para pagamento dos honorários advocatícios, assim como mantém registrado imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, e PIS e Cofins diferidos passivos sobre a parcela de juros e correção incidentes sobre os referidos créditos.

(b) Créditos pela venda de lavouras.

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui um saldo de R\$ 7.634 referentes a vendas de algumas áreas de soqueiras no pólo de Iturama, cujo cronograma de recebimento contratado foi de 50% na safra 2020/2021 e 50% na safra 2021/2022.

10. Partes relacionadas

Controle

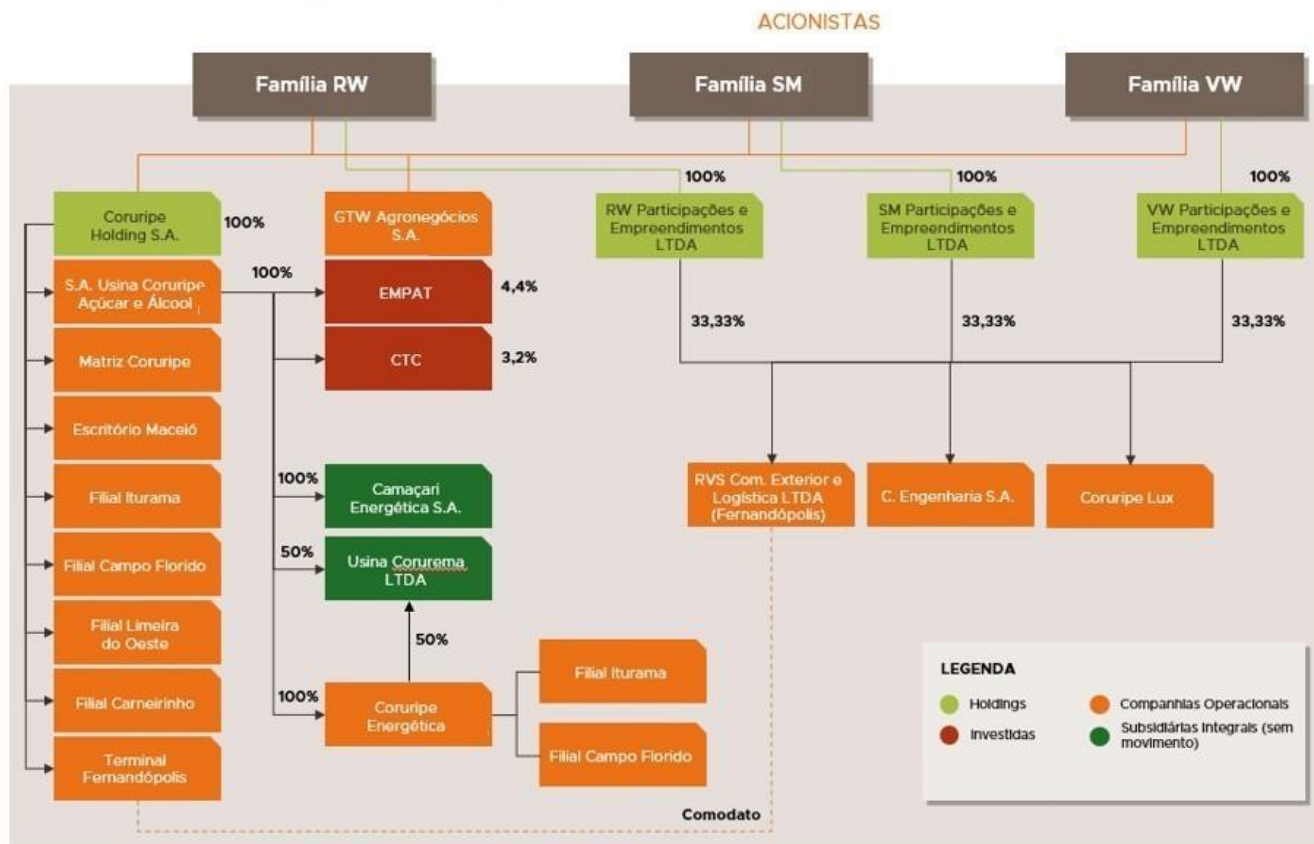
A Companhia é integralmente (100%) controlada pela Coruripe Holding S.A. O organograma societário do Grupo Tércio Wanderley, ao qual a Companhia pertence, está assim demonstrado:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



ESTRUTURA GRUPO TERCIO WANDERLEY



S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Remuneração do pessoal - chave da administração

A remuneração total paga aos administradores (que inclui os conselheiros e diretores) totalizou R\$ 1.917 e R\$ 2.170 nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019, respectivamente.

A Companhia possui os seguintes saldos mantidos com partes relacionadas:

	Relacionamento	Nota	Controladora		Consolidado	
			30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Ativo						
Não circulante						
Mútuo						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)	3.724	3.724		
Coruripe Holding S.A.	Controladora	(a)	45.897	45.065	45.897	45.065
Total do Ativo			49.621	48.789	45.897	45.065
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(b)	101			
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira	Coligada		19		19	
Parceria agrícola a pagar						
GTW Agronegócios S.A.	Parte relacionada	(c)	19.470	18.809	19.470	18.809
Mútuo						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)	34.167	21.761		
			53.757	40.570	19.489	18.809
Não circulante						
Parceria agrícola a pagar						
GTW Agronegócios S.A.	Parte relacionada	(c)	346.580	377.471	346.580	377.471
Mútuo						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)	10.285	10.285		
			356.865	387.756	346.580	377.471
Total do passivo			410.621	428.326	366.068	396.280

As transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com condições negociadas entre as partes, conforme segue:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



	Relacionamento	Nota	Controladora		Consolidado	
			30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receita						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(b)	656			
			<u>656</u>			
Custo						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(b)	(1.483)	(1.828)		
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	Coligada		(1.660)	(2.107)	(1.660)	(2.107)
			<u>(3.143)</u>	<u>(3.935)</u>	<u>(1.660)</u>	<u>(2.107)</u>
Outras receitas operacionais						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(b)	1.516	1.702		
			<u>1.516</u>	<u>1.702</u>		
Receitas financeiras						
Coruripe Energética S.A.	Controlada	(a)		1.590		
Coruripe Holding S.A.	Controladora	(a)	818	(595)	818	(595)
			<u>818</u>	<u>995</u>	<u>818</u>	<u>(595)</u>
Despesas financeiras						
GTW Agronegócios S.A.	Parte relacionada	(a)	(9.184)	(8.952)	(9.184)	(8.952)
			<u>(9.184)</u>	<u>(8.952)</u>	<u>(9.184)</u>	<u>(8.952)</u>

- (a) A Companhia possui contratos de mútuo financeiro firmado com empresas ligadas, que preveem juros de 7,7% a.a., sendo reconhecido o IOF nas operações de crédito;
- (b) A Companhia possui contrato de compra e venda firmados em que a Companhia vende bagaço de cana de açúcar "in natura" e compra vapor da Coruripe Energética S.A., vigente até 31 de março de 2023, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes. Os preços foram determinados entre as partes e são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulada do período;
- (c) Refere-se aos 32 contratos de parceria de cana de açúcar firmados com a GTW Agronegócios S.A. e pessoas físicas do Grupo Tércio Wanderley, em 28 de setembro de 2009, com vigência de 50 anos, podendo ser prorrogados de comum acordo entre as partes. Os preços são determinados entre as partes e reajustados anualmente de acordo com a variação dos índices de Açúcar Total Recuperável - ATR, divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool - CONSECANA da localização específica de cada terra arrendada. Os contratos estão no escopo do CPC 06 (R02), os saldos de passivo de curto e longo mais os juros no resultado sobre esses contratos estão apresentados nas tabelas acima.

A Companhia possui contrato de concessão sem custo para arrendamento do Terminal de Transbordo de Açúcar Fernandópolis/SP, de propriedade das três holdings pessoais que controlam o Grupo Tércio Wanderley (V.W. Participações e Empreendimentos Ltda., R.W. Participações e Empreendimentos Ltda. e S.M. Participações e Empreendimentos Ltda.). O acordo, com prazo de vigência de 20 anos (iniciado em abril de 2009), permite à Companhia operar, às suas expensas e sem taxas de arrendamento, o terminal rodoferroviário de açúcar localizado em Fernadópolis/SP (entrada de caminhão e saída trem até o Porto de Santos/SP);

A Companhia possui contrato de cessão gratuita de alguns bens móveis e áreas da planta industrial da Companhia, na unidade de Iturama, que permanecerá em vigor até dezembro de 2022 e na unidade de Campo Florido, que permanecerá em vigor até dezembro de 2037, que são utilizados como instalações pela Coruripe Energética para execução de seu negócio de geração de energia elétrica renovável.

11. Investimentos e provisão para perda com investimentos

Os saldos de investimentos da Controladora e do Consolidado são apresentados como segue:

								Controladora	
Empresa	Percentual de participação	Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial			
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019		
		Coruripe Energética S.A.	100,00%	53.663	40.203	53.663	40.203	13.460	6.956
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3,20%	614.959	630.231	19.438	19.920	592	238		
EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda.	4,40%	18.133	18.110	798	797	5	241		
		<u>686.755</u>	<u>688.544</u>	<u>73.899</u>	<u>60.920</u>	<u>14.057</u>	<u>7.435</u>		

								Consolidado	
Empresa	Percentual de participação	Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial			
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019		
		CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	3,20%	614.959	630.231	19.438	19.920	592	238
EMPAT - Empresa Alagoana de Terminais Ltda.	4,40%	18.133	18.110	798	797	5	241		
		<u>633.092</u>	<u>648.341</u>	<u>20.236</u>	<u>20.717</u>	<u>597</u>	<u>479</u>		

A participação no CTC e EMPAT são contabilizados aplicando o método da equivalência patrimonial de acordo com o CPC 18 (R2), uma vez que a Companhia apresenta influência significativa na administração das referidas investidas.

A Companhia possui controle das empresas: (i) Camaçari Energética S.A., com 100% de participação societária; e (ii) Usina Corurema Ltda., com participação direta de 50% e indireta de 50%, por meio da Coruripe Energética S.A. Essas controladas são entidades pré-operacionais e que tiveram seus projetos suspensos por tempo indeterminado e suas atividades paralisadas, sem apresentar saldos relevantes ou movimentações nos períodos apresentados.

Pelas razões descritas acima, a administração da Companhia optou por manter o registro dos investimentos ao valor contábil zero e não proceder com a consolidação desses investimentos.

12. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol na próxima safra. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A Companhia possui lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos estados de Minas Gerais e Alagoas. O cultivo de cana-de-açúcar é considerado uma atividade semi-perene iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros. O primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (soqueira) continua no solo. A soqueira (planta portadora) devidamente tratada cresce novamente e sua produção é considerada economicamente viável, em média, entre seis a sete cortes.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas na sistemática do CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana de açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo) acumulado do respectivo mês e apurado pela performance de preço dos produtos da Companhia para as unidades de Minas Gerais. Já na unidade de Coruripe a apuração é pela performance do preço do CONSECANA-AL. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

As áreas cultivadas representam apenas a cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram e a planta portadora.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparadas por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço do mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e etanol; e

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com Colheita/Corte, Carregamento e Transporte (CCT); (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo através do fluxo de caixa descontado (consolidado):

	Controlado e Consolidado			
	30 de junho de 2020		31 de março de 2020	
	Nordeste	Sudeste	Nordeste	Sudeste
Área estimada de colheita (em hectares)	27.853	44.747	27.402	44.231
Produtividade prevista (em toneladas de cana por hectare)	76,03	82,85	75,45	91,09
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) - Parceria	132,20	130,53	135,80	136,15
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg) - Arrendamento	114,09	125,81	114,09	125,81
Preço do Kg de ATR médio projetado (R\$/kg)	0,8303	0,6963	0,7118	0,6833

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa futuros a serem gerados e traz os correspondentes fluxos descontados a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 7,38% (31 de março de 2020 - 6,56%), compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a subconta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

A movimentação dos ativos biológicos (cana-de-açúcar) encontra-se detalhada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Saldo inicial em 1º de abril	263.612	236.289
Aumentos decorrentes de tratamentos culturais	57.207	55.177
Reduções decorrentes da colheita	(87.744)	(76.505)
Depreciação de lavouras (Nota 13)	27.945	24.118
Variação no valor justo	247	2.128
Saldo final em 30 de junho	261.267	241.207

13. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, custo atribuído (*deemed cost*), deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC 37 e seguindo orientação da Interpretação “ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43”, avaliou suas edificações, máquinas e equipamentos para atribuir um novo custo (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, em que para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

A Companhia realiza as principais atividades de manutenção programadas em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre nos períodos de entressafra descritos na Nota 1 com o objetivo de inspecionar e substituir componentes do ativo imobilizado. Os gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado é revisto anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Composição dos saldos

	Taxas médias de depreciação (% a.a.)	Controladora			
		Custo	Depreciação acumulada	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
				Valor residual	Valor residual
Aeronaves	10%	2.026	(1.503)	523	574
Edificações e benfeitorias	4%	313.789	(138.246)	175.543	176.985
Móveis e utensílios	8%	21.068	(14.613)	6.455	6.343
Máquinas e equipamentos	5%	1.293.077	(855.933)	437.144	446.840
Instalações	4%	246.732	(139.851)	106.881	108.414
Implementos agrícolas	7%	76.898	(46.626)	30.272	30.524
Veículos	20%	106.096	(87.865)	18.231	19.384
Equipamentos de informática	10%	15.480	(11.381)	4.099	4.083
Gastos com manutenção de entressafra	100%	1.388.486	(1.240.821)	147.665	183.567
Imobilizado em andamento e adiantamento a fornecedor		97.699		97.699	83.017
Terrenos e propriedades		19.780		19.780	19.780
Lavoura de cana	14,3%	1.334.521	(949.341)	385.180	376.215
		<u>4.915.652</u>	<u>(3.486.181)</u>	<u>1.429.472</u>	<u>1.455.726</u>

	Taxas médias de depreciação (% a.a.)	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
				Valor residual	Valor residual
Aeronaves	10%	2.026	(1.503)	523	574
Edificações e benfeitorias	4%	315.549	(139.134)	176.415	177.870
Móveis e utensílios	8%	21.090	(14.623)	6.467	6.355
Máquinas e equipamentos	5%	1.344.738	(900.777)	443.961	452.847
Instalações	4%	248.383	(141.173)	107.210	108.749
Implementos agrícolas	7%	76.898	(46.626)	30.272	30.524
Veículos	20%	106.096	(87.865)	18.231	19.385
Equipamentos de informática	10%	15.480	(11.381)	4.099	4.083
Gastos com manutenção de entressafra	100%	1.410.541	(1.260.967)	149.574	187.474
Imobilizado em andamento e adiantamento a fornecedor		97.961		97.961	83.018
Terrenos e propriedades		19.780		19.780	19.780
Lavoura de cana	14,3%	1.334.521	(949.341)	385.180	376.215
		<u>4.993.064</u>	<u>(3.553.391)</u>	<u>1.439.673</u>	<u>1.466.874</u>

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



						Controladora
	31 de março de 2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	30 de junho de 2020
Aeronaves	574			(51)		523
Edificações e benfeitorias	176.985	9		(2.622)	1.169	175.541
Móveis e utensílios	6.343	511		(398)		6.456
Máquinas e equipamentos	446.840	1.308		(12.251)	1.248	437.145
Instalações	108.413	10		(2.629)	1.085	106.879
Implementos agrícolas	30.524	648		(901)		30.271
Veículos	19.384	151		(1.304)		18.231
Equipamentos de informática	4.083	98		(186)	105	4.100
Gastos com manutenção de entressafra	183.567	41.259		(78.525)	1.366	147.667
Imobilizado em andamento e adiantamento a fornecedores	83.018	19.654			(4.973)	97.699
Terrenos e propriedades	19.780					19.780
Lavouras de cana	376.215	36.910		(27.945)		385.180
	<u>1.455.726</u>	<u>100.558</u>		<u>(126.812)</u>		<u>1.429.472</u>

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



						Consolidado
	31 de março de 2020	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	30 de junho de 2020
Aeronaves	574			(51)		523
Edificações e benfeitorias	177.870	9		(2.634)	1.169	176.414
Móveis e utensílios	6.355	511		(399)		6.467
Máquinas e equipamentos	452.847	1.336		(12.398)	2.177	443.962
Instalações	108.749	10		(2.635)	1.085	107.209
Implementos agrícolas	30.524	648		(901)		30.271
Veículos	19.385	151		(1.304)		18.232
Equipamentos de informática	4.083	98		(186)	105	4.100
Gastos com manutenção de entressafra	187.475	41.301		(79.612)	410	149.574
Imobilizado em andamento e adiantamento a fornecedor	83.017	19.890			(4.946)	97.961
Terrenos e propriedades	19.780					19.780
Lavouras de cana	376.215	36.910		(27.945)		385.180
	<u>1.466.874</u>	<u>100.864</u>		<u>(128.065)</u>		<u>1.439.673</u>

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Garantias

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Companhia, bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 501.724 em 31 de março e 30 de junho de 2020 encontram-se gravados em garantia dos credores.

Custo atribuído

Refere-se à adoção de um custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Os efeitos contábeis da adoção do custo atribuído pela Companhia em 1º de abril de 2010 estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Custo histórico	Mais valia	Custo atribuído
Edificações e outros imóveis	165.043	31.521	196.564
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	420.423	475.409	895.832
	<u>585.466</u>	<u>506.930</u>	<u>1.092.396</u>

O saldo remanescente da mais valia incluída no ativo imobilizado (custo atribuído reduzido da depreciação acumulada), os efeitos de imposto de renda e contribuição social diferidos e o ajuste de avaliação patrimonial relacionados ao custo atribuído estão demonstrados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Mais valia incluída no Imobilizado	128.568	133.756
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(43.713)</u>	<u>(45.477)</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	<u>84.855</u>	<u>88.279</u>

14. Intangível

Softwares	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Em 31 de março	871	593
Custo	1.443	972
Amortização acumulada	(572)	(379)
Valor residual	871	593
Adições	2	29
Amortização	(68)	(53)
Transferências do imobilizado		467
Em 30 de junho	805	1.036
Custo	1.407	1.440
Amortização acumulada	(602)	(404)
Valor residual	805	1.036
Taxa média de amortização anual	20%	20%

15. Direito de uso, arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar

Conforme descrito na Nota 2.6, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) no início de sua vigência em 1º de abril de 2019, com utilização da abordagem simplificada de efeito cumulativo.

As movimentações dos ativos de direito de uso foram as seguintes:

	Veículos, máquinas e equipamentos	Parcerias agrícolas	Arrendamentos agrícolas	Ativos de direito de uso
Adoção inicial em 1º de abril de 2019	5.421	290.323	486.308	782.052
Depreciação	(731)	(13.037)	(5.963)	(19.731)
Saldo em 30 de junho de 2019	4.690	277.286	480.345	762.321
Saldo em 1º de abril de 2020	18.950	519.551	597.076	1.135.577
Remensuração pelo Consecana	13	16.807	(24.238)	(7.418)
Adições de novos contratos		381	465	846
Depreciação	(1.233)	(26.973)	(8.986)	(37.192)
Saldo em 30 de junho de 2020	17.730	509.766	564.317	1.091.813
Vigências dos contratos (anos)	2 a 5	2 a 24	5 a 40	

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As movimentações dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas foram as seguintes:

	Saldo de compromissos de arrendamentos	Ajuste a valor presente do arrendamento mercantil	Passivos de arrendamento e parceria agrícola
Adoção em 1º de abril de 2019	2.309.291	(1.527.239)	782.052
Pagamentos	(52.771)		(52.771)
Apropriação de encargos financeiros		19.566	19.566
Saldo em 30 de junho de 2019	2.256.520	(1.507.673)	748.847
Circulante			64.488
Não circulante			684.359
Saldo em 1º de abril de 2020	2.558.686	(1.502.661)	1.056.025
Pagamentos efetuados	(100.157)		(100.157)
Adição de novos contratos		846	846
Remensuração pelo Consecana		(7.418)	(7.418)
Apropriação de encargos financeiros		26.620	26.620
Saldo em 30 de junho de 2020	2.458.529	(1.482.613)	975.916
Circulante			87.572
Não circulante			888.344

Os saldos estimados de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Prazo de vencimento	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Acima de 1 a 2 anos	160.457	157.395
Acima de 2 a 3 anos	158.923	160.457
Acima de 3 a 4 anos	151.365	158.923
Acima de 4 a 5 anos	130.460	151.365
Acima de 5 a 6 anos	183.498	130.460
Acima de 6 anos	103.641	183.498
	888.344	942.098

A Companhia chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica, com aplicação de uma taxa de desconto média de 10,44%.

A remensuração dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar é realizada mensalmente, com base na variação do índice com metodologia do Consecana-SP calculado sobre a comercialização da Companhia aplicados no pólo de Iturama e do pólo de Campo Florido. Para o pólo de Alagoas, o índice adotado pela Companhia é o Sindaçúcar – AL.

Conforme comentado na Nota 10 (c), a Companhia firmou 32 contratos de arrendamento com a sua parte relacionada GTW Agronegócios S.A. e pessoas físicas do Grupo Tércio Wanderley, com vigência de 50 anos. Esses contratos correspondem a, aproximadamente, 32 mil hectares de terras situadas no estado de Alagoas e 17 mil hectares de terras localizadas no estado de Minas Gerais. Tais contratos foram reconhecidos como um arrendamentos, nos termos do CPC 06 (R2).

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Cana-de-açúcar	152.277	88.879	152.277	88.879
Materiais, serviços e outros	57.481	58.653	57.907	58.805
	<u>209.758</u>	<u>147.532</u>	<u>210.184</u>	<u>147.684</u>

17. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



Modalidade	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
<u>Moeda nacional</u>		
Finame	103.620	102.570
Bancos de Fomento / Repasse BNDES	125.200	103.960
CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	764.230	865.735
Reperfilamento	639.936	602.200
Outros	118.954	137.591
	<u>1.751.940</u>	<u>1.812.056</u>
<u>Moeda estrangeira (US\$)</u>		
ACC	131.320	213.165
Trade Finance	380.115	391.842
Reperfilamento/NCE	1.096.464	1.009.334
	<u>1.607.899</u>	<u>1.614.341</u>
	3.359.839	3.426.397
Circulante	<u>(1.521.202)</u>	<u>(1.253.339)</u>
Não circulante	<u>1.838.637</u>	<u>2.173.058</u>

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional apresentam taxas de juros fixos de 2,5% a 13% a.a.; TJLP mais 3% a.a.; 50% do IGP; 40% do IPCA ou 3,5% a 5,5% a.a. mais CDI.

Nos empréstimos em moeda estrangeira, as taxas de juros são de 4,5% a 6,65% a.a. mais LIBOR e juros fixos de 6% a 9,98% a.a., mais efeitos de variação cambial sobre a moeda estrangeira.

Os montantes vencíveis a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento dos contratos:

Ano	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Safra 2021/2022	518.877	727.223
Safra 2022/2023	743.339	612.754
Safra 2023/2024	111.981	70.112
Safra 2024/2025	206.054	103.441
Safra 2025/2026 em diante	258.396	659.528
	<u>1.838.647</u>	<u>2.173.058</u>

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)



As movimentações dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019 estão apresentadas a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Em 1º de abril	3.426.397	2.727.445
Captações	130.377	601.030
Juros e variações cambiais incorridos	171.607	45.600
Pagamento de principal	(298.879)	(563.995)
Pagamento de juros	(69.653)	(75.580)
Em 30 de junho	<u>3.359.849</u>	<u>2.734.500</u>

Garantias

Os referidos empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas, alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias e contas a receber de exportações.

Reestruturação financeira

A Companhia renegociou parcela representativa da dívida, cujos contratos foram assinados em agosto de 2020 (Nota 31). A renegociação de prazos de vencimentos para 5 anos aliviou as dívidas de curto prazo (Nota 1 (c)), adequando a estrutura de capital e fluxo de caixa da Companhia.

Covenants

A Companhia possui contratos firmados com as instituições financeiras Santander, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Citibank, Rabobank, HSBC, Credit Suisse, ABN, Amerra, Sucden, CRA01, CRA02, CRA03 e CR04 que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. Em 31 de março de 2020, os principais índices financeiros que a Companhia precisava cumprir, calculados conforme requerido pelas cláusulas contratuais a que se referem, e determinados com base nos saldos contábeis constantes das demonstrações contábeis consolidadas, excluindo os efeitos do CPC 06 (R2) e conforme cartas de waiver aprovadas pelos bancos e demais credores, são os seguintes:

- i. Relação do patrimônio líquido pelo total de ativos $\geq 20,0\%$;
- ii. Relação da dívida líquida pelo LAJIDA ajustado (excluído o capex) $\leq 22,0$;
- iii. Relação LAJIDA ajustado por despesa financeira líquida (excluído as perdas ou ganhos com variações cambiais e com operações de derivativos) $\geq 2,5$;
- iv. Relação da dívida líquida pelo LAJIDA ajustado $\geq 3,0$;
- v. Limite de Adiantamentos por contrato de câmbio: USD 100.000 mil.

Para o exercício findo em 31 de março de 2020, todos os índices de covenants contratuais foram cumpridos pela Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Parcelamentos de tributos:				
Parcelamento de ICMS AL	5.417	5.746	5.417	5.746
Parcelamento de ICMS MG	1.072	1.274	1.072	1.274
Parcelamento Federal (PERT)	2.486	2.619	2.486	2.619
	<u>8.975</u>	<u>9.639</u>	<u>8.975</u>	<u>9.639</u>
Tributos a recolher:				
IRRF a recolher	1.718	1.933	1.718	1.933
IOF a recolher	8.911	8.911	11.787	11.787
INSS a recolher	9.366	4.707	9.366	4.707
PIS/Cofins a recolher	2.826	2.491	2.826	2.491
PIS e Cofins diferidos – IAA 4870	100.519	100.471	100.519	100.471
ICMS a recolher	1.365	495	1.365	495
Provisão IRPJ e CSLL			666	138
Outros impostos e contribuições	193	261	848	430
	<u>124.898</u>	<u>119.269</u>	<u>129.095</u>	<u>122.452</u>
	133.873	128.908	138.070	132.091
Circulante	(27.278)	(21.682)	(31.476)	(24.865)
Não circulante	<u>106.595</u>	<u>107.226</u>	<u>106.595</u>	<u>107.226</u>

Os montantes vencíveis a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Safra 2021/2022	2.265	2.462	2.265	2.462
Safra 2022/2023	22.141	22.118	22.141	22.118
Safra 2023/2024	21.780	22.118	21.780	22.118
Safra 2024/2025 em diante	60.409	60.528	60.409	60.528
	<u>106.595</u>	<u>107.226</u>	<u>106.595</u>	<u>107.226</u>

19. Adiantamentos de clientes

A Companhia recebe adiantamentos de clientes, especialmente de *tradings* que comercializam o açúcar produzido pela Companhia. Sempre que o açúcar é entregue no armazém contratado pelas *tradings* para o embarque do produto para exportação, a Companhia recebe de 70% a 80% do valor do produto e o saldo remanescente é liquidado após a nomeação do navio ou decorrido um prazo conforme determinado em contrato. A Companhia apresentava os seguintes saldos de adiantamentos de clientes:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
<i>Tradings</i> açúcar	274.389	150.483
Energia elétrica	75.284	79.999
Distribuidoras de etanol	11.616	5.472
	<u>361.289</u>	<u>235.954</u>

20. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações contábeis.

Perdas prováveis

A Companhia, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Trabalhistas	2.429	3.343
Cíveis	4.235	4.235
Tributárias		203
	<u>6.664</u>	<u>7.781</u>

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação das provisões para contingências está assim representada:

	Controladora e Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Em 31 de março de 2019		4.231	4.525	8.756
Constituições	1.303	1.290		2.593
Reversões			(1.948)	
Em 30 de junho de 2019	1.303	5.521	2.577	11.349
Em 31 de março de 2020	3.343	4.235	203	7.781
Reversões	(914)		(203)	(1.117)
Em 30 de junho de 2020	2.429	4.235	-	6.664

Perdas possíveis

As posições das demandas judiciais classificadas com probabilidade de perda possível, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos, e que não foram objeto de provisão contábil referem-se a diversas ações de natureza cível e trabalhista, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais e processos trabalhistas avaliados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Contingências trabalhistas	2.871	2.122
Contingências cíveis	84.599	52.510
Contingências tributárias	187.318	179.914
	274.788	234.546

Dentre as principais ações cíveis e tributárias classificadas como possíveis pela administração e amparada na opinião de seus consultores jurídicos, podemos destacar:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Tributárias

Processo 10410.720364/2017-98

Aplicação de multa isolada qualificada, prevista no inciso 10º do artigo 89 da Lei nº 8.212/91, decorrente de glosas de compensações de débitos de INSS com créditos de PIS e Cofins entre os anos de 2014 e 2016, no montante aproximado, 30 em junho de 2020, de R\$ 110.544 (31 de março de 2020 - R\$ 110.544). Após autuação em março de 2017, a Companhia reconstituiu os créditos utilizados e os débitos compensados inicialmente, incluindo-os no Programa de Recuperação de Tributária (PRT).

Adicionalmente ao processo, a Receita Federal do Brasil decidiu por aplicar multa isolada qualificada de 150% sobre o débito, alegando má fé da Companhia na realização das compensações objeto da causa acima. O processo encontra-se julgado pelo Conselho Superior de Recursos Fiscais (CARF), com decisão favorável à Receita Federal através de voto desempate. A Companhia entrou com petição em primeira instância judicial, solicitando a ilegalidade e eliminação da multa aplicada. Segundo os assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível.

Em 18 de junho de 2020, o acórdão proferido pela primeira turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento ao apelo da Companhia para cancelar integralmente o valor da multa isolada objeto do presente processo.

Cíveis

Processo 0714498-70.2016.8.02.0001

Ação ordinária de cobrança judicial decorrente de venda de créditos de IPI a terceiros, glosados pela Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 50.684 (31 de março de 2020 - R\$ 47.367). A Companhia é requerida de ressarcimento dos créditos por parte do autor em decorrência de não cumprimento de cláusula contratual.

A Companhia e seus assessores jurídicos alegam prescrição e homologação tácita dos créditos, bem como exceção de contrato não cumprido por parte do cliente comprador. Segundo os assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho e 31 de março de 2020 é de R\$ 408.845, dividido em 1.400 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas pertencentes à Coruripe Holding S.A. Conforme o artigo 09º do Estatuto Social aumento ou redução do capital social da companhia são de competência da Assembléia Geral dos Acionistas.

b) Ações em tesouraria

Em 30 de junho de 2020, as ações em tesouraria representam R\$ 1.215, divididas em 4,16 ações pertencentes à Coruripe Holding S.A. e estão a disposição dos acionistas. As ações são decorrentes de arredondamento do percentual das ações nominais a cada um dos acionistas e foram colocadas em tesouraria a disposição da assembleia para futura atribuição aos acionistas do grupo.

c) Ajuste de avaliação patrimonial: custo atribuído

Conforme comentado na Nota 13, corresponde a mais valia de custo atribuído de Edificações e dependências e Máquinas e equipamentos. Os valores, que estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros (prejuízos) acumulados”.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social, com a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

Retenção de lucros

A Companhia vem retendo o lucro realizado no patrimônio líquido que está sendo destinado aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva aperfeiçoamento dos processos e amortização dos passivos com instituições financeiras, fundos e investimentos, CRAs e investidores em geral.

Lucros a realizar

Em 31 de março de 2020, a Companhia destinou R\$ 80.800 para reserva de lucros a realizar. Com base no Artigo 202, § 4º da Lei 6.404/76, a administração da Companhia deverá propor em Assembleia Geral, a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios e demais lucros registrados na reserva de lucros a realizar por ser este incompatível com a situação financeira da Companhia. Ainda de acordo com o parágrafo e 5º da referida Lei, os lucros que deixaram de ser

distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Por questões contratuais com alguns credores, os acionistas renunciam anualmente aos dividendos mínimos obrigatórios que são mantidos no patrimônio líquido da Companhia.

22. Receita operacional líquida

A Companhia comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, melado, bagaço de cana, vapor, entre outros. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a transferência de controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que os seguintes eventos ocorram: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A receita é apresentada líquida dos tributos sobre as vendas, das devoluções, abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do mesmo grupo, no caso das demonstrações financeiras consolidadas.

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Açúcar VHP	254.023	118.070	254.023	118.070
Açúcar cristal	23.847	11.521	23.847	11.521
Etanol anidro combustível	77.287	95.920	77.287	95.920
Etanol hidratado combustível	87.837	153.128	87.837	153.128
Venda de energia – produção	12.954	13.315	31.845	27.741
Venda de vapor	308	181	-	181
Melaço	14.911	16.720	14.911	16.720
Receita de prestação de serviços	2.645	2.175	2.297	2.175
Receita de energia – revenda	4.715		4.715	-
Demais revenda	10.038		10.038	
Outras receitas de vendas	800	1.836	800	1.836
	489.365	412.866	507.600	427.292
Deduções sobre as vendas	(19.834)	(40.447)	(20.845)	(41.369)
Receita operacional líquida	469.531	372.419	486.755	385.923

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa Integração Social (PIS): nas vendas de álcool pauta de R\$23,38 por m³; nas vendas de açúcar alíquota zero; e nas demais receitas 1,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins): nas vendas de álcool pauta de R\$107,52 por m³; nas vendas de açúcar alíquota zero; e nas demais receitas alíquotas de 7,60%;

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): nas vendas de açúcar alíquota zero e nas vendas de álcool não há tributação;

Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

- (i) Energia elétrica: 12% a 18% para as operações internas no estado de Minas Gerais. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

- (ii) Energia elétrica: 18% para as operações internas no estado de Alagoas. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida: Todos os contratos de venda de energia da Companhia no estado de Alagoas, são interestaduais.
- (iii) Etanol anidro: tributação é diferida nas operações internas e interestaduais nos estados de Minas Gerais e Alagoas.
- (iv) Etanol hidratado: 12% na operação interestadual e de 25% nas operações internas no estado de Alagoas. Para Minas Gerais alíquota de 7% a 12% nas operações interestaduais; e de 12% nas operações internas; e
- (v) Açúcar: Para o estado de Alagoas: 7% a 18% nas operações internas e 12% nas operações interestaduais. Para o estado de Minas Gerais de 7% a 12% nas operações internas e de 7% a 12% nas operações interestaduais.

Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)- calculado sobre a comercialização da produção rural (receita bruta) da agroindústria, destinada ao mercado interno, à alíquota de 2,85%.

Créditos de impostos sobre as vendas

ICMS:

- (i) Crédito presumido de ICMS:
 - a. 2,5% sobre as vendas no Estado de MG, inclusive exportação;
 - b. 7% sobre as vendas de açúcar cristal dentro do Estado de Alagoas;
 - c. 9% sobre as vendas de açúcar cristal para fora do Estado de Alagoas;
 - d. 6% sobre as exportações de açúcar VHP; e
 - e. 12% sobre as vendas de etanol hidratado dentro e fora do Estado de Alagoas.
- (ii) Crédito de REINTEGRA de 0,1% sobre o valor total das exportações.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Despesas por natureza

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gastos:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Custo dos produtos vendidos				
Custo de revenda de energia elétrica	(4.872)		(4.872)	
Demais custos de vendas	(9.738)		(9.738)	
Pessoal	(38.921)	(38.512)	(38.921)	(38.846)
Matéria-prima	(97.598)	(102.853)	(95.712)	(100.447)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	247	2.128	247	2.128
Mão de obra de terceiros e fretes	(10.391)	(11.700)	(11.709)	(12.234)
Combustíveis e lubrificantes	(10.315)	(11.124)	(10.315)	(11.124)
Insumos agrícolas e produtos químicos	(15.469)	(16.138)	(15.469)	(16.138)
Materiais de manutenção	(11.056)	(12.079)	(11.056)	(12.079)
Depreciação do direito de uso	(19.676)	(19.731)	(19.676)	(19.731)
Depreciação e amortização (exceto lavouras de cana)	(52.797)	(38.920)	(54.050)	(40.379)
Depreciação de lavouras de cana	(20.674)	(19.514)	(20.674)	(19.514)
Custos de tratos culturais da cana colhida	(27.102)	(31.954)	(27.102)	(31.954)
Energia elétrica	(1.521)	(1.735)	(1.521)	(1.735)
Outros	(355)	(483)	(1.243)	(1.437)
	(320.238)	(302.615)	(321.812)	(303.490)
Despesas com vendas				
Pessoal	(3.578)	(2.937)	(3.578)	(2.937)
Mão de obra de terceiros	(509)	(838)	(509)	(838)
Fretes sobre vendas	(32.995)	(26.937)	(32.995)	(26.937)
Combustíveis e lubrificantes	(40)	(39)	(40)	(39)
Materiais de manutenção	(346)	(202)	(346)	(202)
Depreciação e amortização	(943)	(897)	(943)	(897)
Energia elétrica	(170)	(120)	(170)	(120)
Outros	(2.727)	(1.754)	(2.727)	(1.754)
	(41.308)	(33.724)	(41.308)	(33.724)
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	(19.089)	(22.896)	(19.089)	(22.904)
Mão de obra de terceiros	(6.200)	(4.582)	(6.222)	(4.593)
Combustíveis e lubrificantes	(165)	(178)	(165)	(11)
Materiais de manutenção	(640)	(744)	(640)	(744)
Depreciação e amortização	(1.027)	(1.049)	(1.027)	(1.049)
Energia elétrica	(29)	(36)	(29)	(36)
Outros	(3.221)	(2.692)	(3.228)	(2.867)
	(30.371)	(32.177)	(30.400)	(32.204)

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>30 de junho de 2019</u>	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>30 de junho de 2019</u>
Custo dos produtos vendidos	(320.238)	(302.615)	(321.812)	(303.490)
Despesas com vendas	(41.308)	(33.724)	(41.308)	(33.724)
Despesas gerais e administrativas	(30.371)	(32.177)	(30.400)	(32.204)
	<u>(391.917)</u>	<u>(368.516)</u>	<u>(393.520)</u>	<u>(369.418)</u>

O valor de depreciação e amortização alocado no estoque e ainda não apropriado ao resultado em 30 de junho de 2020 e 2019 estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>30 de junho de 2019</u>	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>30 de junho de 2019</u>
Depreciação do imobilizado	(44.167)	(20.138)	(44.167)	(20.138)
Depreciação de canaviais	(17.295)	(9.492)	(17.295)	(9.492)
Realização de tratos culturais	(22.673)	(15.545)	(22.673)	(15.545)
Depreciação do direito de uso	(16.405)		(16.405)	
	<u>(100.540)</u>	<u>(45.175)</u>	<u>(100.540)</u>	<u>(45.175)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receitas financeiras				
Ganhos em operações com derivativos operacionais	5.913	3.308	5.913	3.308
Rendimentos de aplicações financeiras	3.998	1.579	3.999	2.158
Variações cambiais ativas	25.739	40.662	25.739	40.662
Atualizações monetárias sobre créditos IAA 4870	1.028	30.813	1.028	30.813
Juros sobre contrato de mútuo	818	995	818	995
Outras receitas financeiras	58	208	58	208
	<u>37.553</u>	<u>77.565</u>	<u>37.554</u>	<u>78.144</u>
Despesas financeiras				
Perdas em operações com derivativos operacionais	(19.308)	(2.045)	(19.308)	(2.045)
Variações cambiais passivas	(96.155)	(22.120)	(96.155)	(22.120)
PIS e Cofins diferidos sobre créditos IAA 4870	(48)	(1.433)	(48)	(1.433)
Atualização monetária sobre provisão de honorários advocatícios – IAA 4870	(131)	(3.929)	(131)	(3.929)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(83.377)	(65.455)	(83.377)	(65.455)
Juros sobre contrato de mútuo				(1.591)
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas - CPC 06 (R2)	(25.653)	(19.566)	(25.653)	(19.566)
Outras despesas financeiras	(5.999)	(8.918)	(6.023)	(11.146)
	<u>(230.671)</u>	<u>(123.466)</u>	<u>(230.695)</u>	<u>(127.285)</u>
Resultado financeiro	<u>(193.117)</u>	<u>(45.901)</u>	<u>(193.140)</u>	<u>(49.141)</u>

25. Informação por segmento (Consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o conselho de administração. As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pelo Grupo, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar
- (ii) Etanol
- (iii) Energia
- (iv) Melaço

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto:

	30 de junho de 2020					
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Não segmentado	Total
Receita operacional líquida	276.112	147.412	33.910	11.734	17.587	486.755
Custos dos produtos vendidos	(177.858)	(123.736)	(13.028)	(7.190)		(321.812)
Lucro bruto	98.254	23.676	20.882	4.544	17.587	164.943
Despesas com vendas	(36.342)	(3.794)	(400)	(299)	(473)	(41.308)
Despesas gerais e administrativas	(17.860)	(9.535)	(1.016)	(759)	(1.230)	(30.400)
Resultado da equivalência patrimonial					597	597
Outras receitas operacionais, líquidas					3.286	3.286
	(54.202)	(13.329)	(1.416)	(1.058)	2.180	(67.825)
Lucro operacional	44.052	10.347	19.466	3.486	19.767	97.118
Outras receitas e despesas não segmentadas					(193.141)	(193.141)
Lucro (prejuízo) antes imposto renda e da contribuição social	44.052	10.347	19.466	3.486	(173.374)	(96.023)
Imposto de renda e contribuição social					47.905	47.905
Lucro (prejuízo) do período	44.052	10.347	19.466	3.486	(125.469)	(48.118)

	30 de junho de 2019					
	Açúcar	Etanol	Energia	Melaço	Não segmentado	Total
Receita operacional líquida	131.371	212.725	11.770	13.368	16.689	385.923
Custos dos produtos vendidos	(128.972)	(161.273)	(6.286)	(7.409)	450	(303.490)
Lucro bruto	2.399	51.452	5.484	5.959	17.139	82.433
Despesas com vendas	(29.874)	(3.398)	(188)	(214)	(51)	(33.724)
Despesas gerais e administrativas	(11.350)	(18.380)	(1.017)	(1.155)	(302)	(32.204)
Resultado da equivalência patrimonial					479	479
Outras receitas operacionais, líquidas					(10)	(10)
	(41.224)	(21.778)	(1.205)	(1.369)	116	(65.459)
Lucro (prejuízo) operacional	(38.825)	29.674	4.279	4.590	17.255	16.974
Outras receitas e despesas não segmentadas					(49.141)	(49.141)
Lucro (prejuízo) antes imposto renda e da contribuição social	(38.825)	29.674	4.279	4.590	(31.886)	(32.167)
Imposto de renda e contribuição social					(13.318)	(13.318)
Lucro (prejuízo) do período	(38.825)	29.674	4.279	4.590	(45.204)	(45.485)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receitas eventuais	180	293	180	293
Receita pela venda de sucatas	4.625	1.857	3.109	154
Receita de créditos extemporâneos de PIS e Cofins		(189)		(189)
Receita de créditos PIS e Cofins sobre imobilizado	503		503	
Receita na venda de ativo imobilizado		66		66
Receita pela venda de soqueiras		1.108		1.108
Baixa do custo residual na venda de ativo imobilizado		(122)		(122)
Outras receitas (despesas), líquidas	(507)	(1.309)	(507)	(1.320)
	<u>4.801</u>	<u>1.704</u>	<u>3.286</u>	<u>(10)</u>

27. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos reconhecidos ao resultado é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Correntes:				
Imposto de renda			(402)	(464)
Contribuição social			(220)	(228)
			<u>(622)</u>	<u>(692)</u>
Diferidos:				
Imposto de renda	30.834	(9.284)	30.834	(9.284)
Contribuição social	17.693	(3.342)	17.693	(3.342)
	<u>48.527</u>	<u>(12.626)</u>	<u>48.527</u>	<u>(12.626)</u>
	<u>48.527</u>	<u>(12.626)</u>	<u>47.905</u>	<u>(13.318)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo

A composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2019
Ativo:				
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	114	114	114	114
Provisão para perdas com adiantamentos a fornecedores	2.843	2.843	2.843	2.843
Provisão para perdas de estoques e outros	5.155	4.271	5.155	4.271
Provisão para contingências	1.642	1.917	1.642	1.917
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	160.100	116.137	160.100	116.137
Perdas líquidas com instrumentos financeiros derivativos	18.437	16.518	18.437	16.518
Provisão para honorários advocatícios – IAA 4870	57.692	57.672	57.692	57.672
Valor justo dos ativos biológicos	61	4.569	61	4.569
Arrendamentos e parcerias agrícolas - CPC 06 (R2)	3.525		3.525	
	<u>249.569</u>	<u>204.041</u>	<u>249.569</u>	<u>204.041</u>
Passivo:				
Ganhos líquidos com instrumentos financeiros derivativos		(1.876)		(1.876)
Mais valia do ativo imobilizado (deemed cost)	(31.682)	(32.960)	(31.682)	(32.960)
Vida útil do imobilizado	(9.562)	(9.562)	(9.562)	(9.562)
Ajuste a valor presente dos créditos do IAA	(452.488)	(452.332)	(452.488)	(452.332)
	<u>(493.732)</u>	<u>(496.730)</u>	<u>(493.732)</u>	<u>(496.730)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos	<u>(244.163)</u>	<u>(292.689)</u>	<u>(244.163)</u>	<u>(292.689)</u>

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e quando relacionado à mesma autoridade fiscal.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável, aprovadas pela administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2019
Safra 2020/2021	59.511	46.481	48.882	46.481
Safra 2021/2022	86.682	67.703	71.201	67.703
Safra 2022/2023	91.862	71.749	75.456	71.749
Safra 2023/2024 em diante	11.514	18.108	9.458	18.108
	<u>249.569</u>	<u>204.041</u>	<u>204.997</u>	<u>204.041</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram (depreciação acelerada e custo atribuído). A realização deste passivo é estimada à razão média de 9% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos.

Adicionalmente, parcela substancial do imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refere-se à avaliação do valor justo dos créditos indenizatórios do IAA (Nota 9), os quais deverão ser realizados a partir do início do recebimento dessa indenização, cuja estimativa dos assessores jurídicos da Companhia é de que ocorra a partir da safra 2022/2023.

28. Compromissos e obrigações

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. A seguir estão aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações contábeis:

Vendas

A Companhia possui compromissos futuros de venda de açúcar no mercado externo que serão produzidas e entregues nas próximas safras. Os preços de venda não foram totalmente pré - fixados, portanto a Companhia está sujeita às oscilações de mercado. Em 30 de junho de 2020, a Companhia possui cobertura para a safra 2020/2021 (preços pré-fixados) para USD 276.572 mil (31 de março 2020: USD 248.939 mil) referentes às vendas futuras.

As quantidades a seguir estão apresentadas em toneladas (Controladora e Consolidado):

	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Quantidades acordadas no início do período	2.754.378	1.987.905
Quantidades contratadas durante o período		510.000
Quantidades embarcadas durante o período	(299.027)	(214.027)
Compromissos futuros - quantidades a embarcar	<u>2.455.351</u>	<u>2.283.878</u>
 <u>Vencimentos</u>		
Safra 2020/2021	1.015.351	993.878
Safra 2021/2022	890.000	890.000
Safra 2022/2023	400.000	400.000
Safra 2023/2024	100.000	
Safra 2024/2025	50.000	
	<u>2.455.351</u>	<u>2.283.878</u>

Contrato de fornecimento de energia

A Companhia possui contrato firmado com a Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), para fornecimento de energia elétrica gerada por sua Central Termelétrica de Biomassa, instalada no município de Coruripe (AL), pelo prazo de 20 anos e vigentes a partir de 2 de janeiro de 2006. Esse contrato apresenta valor global de R\$ 159.954, com preços de tarifas corrigíveis.

Adicionalmente, possui ainda contratos para o fornecimento de energia elétrica das unidades localizadas em Minas Gerais, firmados junto a: (i) Capitale Energia Comercializadora Ltda, com fornecimento de dois contratos conforme segue: primeiro contrato com prazo de fornecimento a partir de 1º de abril de 2020 até 30 de novembro de 2020; e o segundo contrato com prazo de fornecimento a partir de 1º de abril de 2021 até 31 de outubro de 2021, no valor global de R\$ 17.844; (ii) EDP Comercialização e Serviços de Energia LTDA, com fornecimento de energia de 1º de abril de 2020 até 30 de novembro de 2020 e um segundo contrato com prazo de fornecimento a partir de 1º de abril de 2021 até 30 de novembro de 2021, no valor global de R\$ 14.083; (iii) Focus Energia LTDA, com fornecimento de energia de 1º de abril de 2020 até 30 de novembro de 2020, no valor global de R\$ 16.432; (iv) Matrix Comercializadora de energia Elétrica, com fornecimento de energia de 1º de abril de 2020 até 30 de novembro de 2020, um segundo contrato com prazo de fornecimento a partir de 1º de maio de 2021 até 30 de novembro de 2021, e um terceiro contrato com prazo de fornecimento de 1º de abril de 2021 a 31 de dezembro de 2021, no valor global de R\$ 49.698; (v) Votorantim Comercializadora de Energia, com fornecimento de energia de 1º de abril de 2020 até 30 de novembro de 2020, no valor global de R\$20.628; (vi) ADN Energia Comercializadora LTDA, com fornecimento de energia de 1º de abril de 2021 até 30 de novembro de 2021 e um segundo contrato com prazo de fornecimento a partir de 1º de abril de 2021 até 31 de dezembro de 2021, no valor global de R\$ 5.177; e (vii) Banco BTG Pactual S.A., com fornecimento de energia de 1º de maio de 2021 até 30 de novembro de 2021, no valor global de R\$ 14.900. Os contratos podem ser performados tanto pelas unidades operacionais da Companhia quanto de sua controlada Coruripe Energética S.A.

Compras

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros com a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida foi calculada com base na estimativa da quantidade a ser moída por área. O montante a ser pago pela Companhia será determinado no final de cada safra de acordo com o valor das vendas efetuadas pela Companhia e, proporcionalmente, ao volume moído de cana-de-açúcar e ATR de cada compra.

Os compromissos de compra por safra, em toneladas, são como segue:

<u>Safra</u>	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de março de 2020</u>
Safra 2020/2021	9.670.000	9.670.000
Safra 2021/2022	9.670.000	9.670.000
Safra 2022/2023	9.670.000	9.670.000
Safra 2023/2024 em diante	48.350.000	48.350.000
	<u>77.360.000</u>	<u>77.360.000</u>

Em 30 de junho e 31 de março 2020, a capacidade normal de moagem de cana-de-açúcar para a próxima safra, considerando todas as unidades da Companhia, é de 14.400 mil toneladas (informação não revisada).

Avais dados a fornecedores de cana-de-açúcar

A Companhia concede avais em diversos financiamentos de seus fornecedores de cana-de-açúcar junto a instituições financeiras. O montante dos compromissos dessa natureza em 30 de junho de 2020 soma R\$ 192.197 (31 de março de 2020 - R\$ 194.871), sendo que todos os avais dados tem como contrapartida para a Companhia a emissão de Cédulas de Produto Rural (cana-de-açúcar) equivalente dos produtores, penhor da cana e, em alguns casos, a própria terra do fornecedor, que garante qualquer não cumprimento das obrigações dos produtores avalizados.

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (ii) as estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar da Companhia assim como para proteger passivos financeiros contra riscos de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional e variação cambial. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Riscos de mercado

a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas da Companhia administrem seu risco cambial para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas no seu fluxo de caixa.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, *swaps* e NDFs. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações e dívidas no horizonte de até 24 meses ou em duas safras.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (principalmente dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial (Controladora e Consolidado):

	Nota	30 de junho de 2020		31 de março de 2020	
		R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	3	104.480	19.081	222.305	42.762
Contas a receber de clientes	5	11.653	2.128	19.677	3.785
Instrumentos financeiros derivativos	28			7.614	1.465
		<u>116.133</u>	<u>21.209</u>	<u>249.597</u>	<u>48.011</u>
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	17	(1.607.899)	(293.643)	(1.614.340)	(310.528)
Instrumentos financeiros derivativos	28	(74.821)	(13.664)	(67.033)	(12.894)
		<u>(1.682.720)</u>	<u>(307.307)</u>	<u>(1.681.373)</u>	<u>(323.422)</u>
Exposição líquida		<u>(1.566.587)</u>	<u>(286.098)</u>	<u>(1.431.776)</u>	<u>(275.411)</u>

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações contábeis de 30 de junho de 2020 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,4757 por US\$1,00 para os ativos e passivos (31 de março de 2020 - R\$ 5,1987 por US\$1,00), representando uma valorização de 5,058% em relação ao ano anterior.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 30 de Junho de 2020, 929.981 toneladas de açúcar (31 de março de 2020 - 815.559) estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega a partir de abril de 2020, com fixação em um preço médio de R\$ 13,49 ¢/lb (31 de março de 2020 - R\$13,85 ¢/lb) (centavos de dólar norte-americano por libra peso) com prêmio de POL incluso.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos prioritariamente indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia adota como prática proteger parcialmente as dívidas dessa natureza através de instrumentos financeiros derivativos.

d) Análises de sensibilidade requeridas

As práticas contábeis adotadas no Brasil dispõem que as companhias devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa aplicações financeiras, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo custo amortizado, cujos valores em 30 de junho e 31 de março de 2020 se aproximam dos valores justos. Adicionalmente, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos os quais estão registrados ao valor justo por meio do resultado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da Selic, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do dólar norte americano.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 30 de junho e 31 de março de 2020, foram definidos cenários diferentes, utilizando as últimas taxas de juros e indicadores de inflação acumulados nos últimos doze meses (Cenário I), e a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), sensibilizando a elevação e queda desses indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de março de 2020, projetando um ano e verificando a sensibilidade da TJLP, Libor, Selic, CDI, além do câmbio norte americano, com cada cenário.

Em 30 de junho e 31 de março de 2020, o cenário provável considera uma taxa média ponderada anual de juros pós fixados dos empréstimos e financiamentos da Companhia de 7,75%, e para aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI, um CDI de 2,90% acumulado realizado nos últimos 12 meses. Em ambos os casos foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50%. Os resultados dessa sensibilidade estão apresentados a seguir:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

Sensibilidade da taxa de juros

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável		Aumento		Redução	
		Taxa	Valor	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	7,75%	(1.742)	(435)	(871)	435	871
Empréstimos e financiamentos	Alta da Libor	0,40%	(2.410)	(602)	(1.205)	602	1.205
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	2,90%	5.791	1.448	2.895	(1.448)	(2.895)
Resultado projetado			1.639	411	819	(411)	(819)

O cenário provável considera a posição em 31 de março de 2020. Os efeitos dos cenários possível e remoto que seriam lançados ao resultado como receita (despesa) de variação cambial são os seguintes:

Efeito de variações cambiais

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável		Aumento		Redução	
		Câmbio atual	Valor	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	5,4757	(1.607.899)	(401.975)	(803.950)	401.975	803.950
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do dólar	5,4757	104.480	26.120	52.240	(26.120)	(52.240)
Contas a receber de clientes	Baixa do dólar	5,4757	11.653	2.913	5.827	(2.913)	(5.827)
Resultado projetado			(1.491.766)	(372.942)	(745.883)	372.942	745.883

Sensibilidade sobre a variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumento/operação	Risco	Cenário provável	Aumento		Redução		
			25%	50%	-25%	-50%	
Risco de preço:							
Contratos de futuros							
Compromissos de compra e venda (*)	Alta do preço do açúcar	163.483	204.354	245.225	122.612	81.741	
Risco de taxa de câmbio:							
Contratos de futuros							
Compromissos de compra e venda	Alta do dólar	(74.821)	(93.526)	(112.231)	56.116	37.410	
Resultado projetado		88.662	110.828	132.994	178.728	119.151	

(*) O quadro divulga o valor equivalente ao saldo a fixar de contratos existentes com base na bolsa de açúcar de NY e dólar do dia 30/06/2020, com variações somente sobre o saldo contratado e não fixado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2020</u>	<u>31 de março de 2020</u>
Ativo circulante		
Derivativos não designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de moeda estrangeira		<u>7.614</u>
Passivo circulante		
Derivativos não designados como <i>hedges</i>		
Contratos a termo de moeda estrangeira	<u>(74.821)</u>	<u>(67.033)</u>

Em 30 de junho de 2020, os contratos a termo de moeda estrangeira não liquidados possuem faixa de vencimento de março de 2020 a maio de 2021 (31 de março de 2020 – de março de 2020 a março de 2021).

A Companhia utiliza operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa advindos das receitas com exportação denominadas em dólares norte-americanos e também dos financiamentos de exportações, líquido dos demais fluxos de caixa também denominados em moeda estrangeira.

Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas, como *trading companies*, grandes distribuidoras de combustíveis, distribuidoras de energia elétrica e grandes redes de supermercados.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre os créditos concedidos. A administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes em montante superior ao já provisionado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia opera com derivativo de mercadorias no mercado de balcão com contrapartes selecionadas. A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio de commodities e em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento.

As operações de derivativos da Companhia em balcão não requerem margem em garantia.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é mitigado através da distribuição conservadora dos instrumentos utilizados, sempre lastreados pelo CDI (Notas 3 e 4). A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como Grau de Investimento pelas classificadoras internacionais de *rating*.

Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de junho 31 de março de 2020, a Companhia mantinha aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

30 de junho de 2020	Safra 2020/2021	Safra 2021/2022	Safra 2022/2023	Safra 2023/2024	Safra 2024/2025 em diante	Total
Fornecedores	209.758					209.758
Empréstimos e financiamentos	1.521.202	518.877	743.339	111.981	464.450	3.359.849
Instrumentos financeiros derivativos	74.821					74.821
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	87.572	160.457	158.923	151.365	417.599	975.916
	<u>1.893.353</u>	<u>679.334</u>	<u>902.262</u>	<u>263.346</u>	<u>882.049</u>	<u>4.620.344</u>

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

31 de março de 2020	Safra 2020/2021	Safra 2021/2022	Safra 2022/2023	Safra 2023/2024	Safra 2024/2025 em diante	Total
Fornecedores	147.684					147.684
Empréstimos e financiamentos	1.253.339	727.223	612.754	70.112	762.969	3.426.397
Instrumentos financeiros derivativos	67.033					67.033
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	113.927	157.395	160.457	158.923	465.323	1.056.025
	<u>1.581.983</u>	<u>884.618</u>	<u>773.211</u>	<u>229.035</u>	<u>1.228.292</u>	<u>4.697.139</u>

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos acionistas e garantias às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos (incluindo saldos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraídos pelo montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira são assim demonstrados:

	Nota	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Empréstimos e financiamentos	17	3.359.849	3.426.397
Arrendamento a pagar	15	602.207	633.039
Parcerias agrícolas a pagar	15	373.709	422.986
Menos: caixa e equivalentes de caixa	3	(148.517)	(602.460)
Menos: aplicações financeiras	4	<u>(167.654)</u>	<u>(3.491)</u>
Dívida líquida	(a)	<u>4.019.594</u>	<u>3.876.471</u>
Total do patrimônio líquido	(b)	<u>1.406.426</u>	<u>1.454.543</u>
Total do capital	(c) = (a) + (b)	<u>5.426.020</u>	<u>5.331.014</u>
Índice de alavancagem financeira - %	(a) / (c)	<u>74%</u>	<u>73%</u>

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores são mensurados ao custo amortizado, que se aproxima de seu valor justo em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Quanto aos empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações contábeis devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estejam sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a contratos cambiais a termo e *swaps*. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

Em 30 de junho e 31 de março de 2020, não existiam diferenças significativas entre os valores contábeis e os de mercado dos instrumentos financeiros, exceto os instrumentos financeiros derivativos já comentados anteriormente.

Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 30 de junho e 31 de março de 2020, a Companhia apresenta como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado os instrumentos financeiros derivativos, classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo.

30. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2020, a Companhia e suas controladas possuíam seguros contratados referentes a danos materiais (quebras de máquinas, danos elétricos, incêndios, raios, explosões de qualquer natureza e implosões) para todo o estoque de açúcar e etanol e para as edificações, equipamentos, instalações e máquinas agrícolas das usinas instaladas no Nordeste e no Sudeste, além de riscos relacionados com responsabilidade civil, com cobertura total de R\$ 797.400 (31 de março de 2020: R\$ 797.400). Essa cobertura é considerada suficiente pela administração, segundo opinião de seus assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas (informação não revisada).

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

31. Eventos subsequentes

(a) Reperfilamento Endividamento Bancário da Companhia.

No mês maio de 2020 a Companhia obteve sucesso com a aprovação junto a 8 bancos sindicalizados de um novo cronograma de vencimento de aproximadamente R\$1,7 bilhões de dívidas. As negociações do “Reperfilamento” foram lideradas pelos bancos Itaú BBA e Rabobank como coordenadores representando os bancos e os executivos da companhia. O grupo de bancos sindicalizados participante da renegociação é formado pelos bancos, Rabobank, Itaú/Unibanco, Bradesco, Citibank, ABN Amro, Banco do Brasil, Votorantim e Metlife.

A renegociação foi estratégica e contribuiu significativamente para a adequação da estrutura de capital da Companhia, gerando solidez nos fluxos de caixa para fazer frente as atividades operacionais da Companhia e reforçar o bom histórico reconhecido pelo mercado de honrar compromissos assumidos com fornecedores, *tradings*, fundos de investimento, parceiros de negócios, investidores, instituições financeiras e credores em geral. Durante as negociações o Banco Santander, instituição participante do sindicato, até então, optou pela saída do mesmo, transferindo aproximadamente R\$ 34 milhões dos recebíveis para investimento no CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) da Coruripe, seguindo todas as prerrogativas e condições do CRA emitido pela Companhia em 2019. Este acordo também foi celebrado com sucesso pela Companhia e banco credor, visto que as condições se mostraram interessantes para ambos.

Para suportar o alongamento do fluxo de pagamento para 5 anos, a Companhia fez um reforço de garantia real de alienação fiduciária de terras da GTW, que somam aproximadamente R\$ 400 milhões às garantias anteriores. Em contrapartida, a Companhia obteve um bônus de adimplemento de aproximadamente 1,0% na taxa média de juros sobre a dívida alongada, tanto em reais como da parcela em US\$, o que representa uma economia de juros. O cronograma de amortização do principal foi distribuído da seguinte forma:

S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)



O fluxo de pagamentos de principal da dívida para o ano de 2020 foi reduzido para 30% com essas instituições financeiras quando comparado com o fluxo anterior antes da negociação, 70% foram redistribuídos para 5 anos conforme distribuição percentual por ano demonstrado no quadro a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>
Março		3,34%	5,00%	5,00%	5,00%	5%+30% (Balloon)
Setembro	3,33%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	
Dezembro	3,33%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	

A negociação corrigiu o curso no fluxo de amortizações da Companhia, adequando a sua estrutura de capital com a distribuição linear ao longo de 5 anos e reduzindo sensivelmente a pressão sobre o caixa com a concentração no curto prazo.

O processo de formalização e a assinatura das minutas de aditamento e garantias foi concluído em 13 de agosto de 2020, data na qual os saldos de empréstimos e financiamentos foram ajustados contabilmente para refletir os efeitos do reperfilamento da dívida.

* * *